

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1533 | 2016



Em Festa dos Vigilantes, senador Paulo Paim convoca categoria para lutar pelo Piso Nacional



Em audiência Pública convocada por Paim e realizada no início do mês no Senado, senador já havia reafirmado seu compromisso com vigilantes

Vigilantes de todo o país foram convocados para se unirem na luta pelo Piso Nacional dos Vigilantes. Em discurso durante a Festa do Vigilante, realizada pelo Sindivigilantes do Sul no último domingo (19), o senador Paulo Paim (PT-RS) reafirmou seu compromisso com a categoria e lembrou: Já conquistamos muito e precisamos conquistar ainda mais.

Agora com número certo (PL 230/2016), o Piso Nacional dos Vigilantes já foi protocolado no Senado Federal e agora seguirá os trâmites da Casa. Paim lembrou o processo para garantir o adicional de periculosidade e reforçou a

importância da mobilização da categoria. “Nós conseguimos os 30% graças à mobilização. Realizamos audiências públicas por todo o país, apresentamos a matéria na Câmara e no Senado Federal. O Projeto andou antes no Senado e garantimos que cada vigilante do país recebesse o adicional de 30%. Esse é o mesmo caminho para garantir o Piso Nacional de R\$3 mil”, avaliou.

A necessidade de mobilização foi confirmada e reafirmada pelo diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e deputado distrital Chico Vigilante. Segundo ele, mais

uma vez, os empresários estão tentando desqualificar as reivindicações, ameaçando os trabalhadores com demissões. “Esses mesmos empresários impuseram medo quando lutamos pelo adicional de 30% (...) O vigilante arrisca a vida para defender outras pessoas. Não podemos aceitar que quem tem uma profissão tão perigosa quanto a deles, receba um salário tão baixo e que pode piorar de acordo com o Estado onde ele vive”, ressaltou.

“Agora eu pergunto: vigilantes, vocês valem só isso o que recebem?”, continuou Vigilante. “Então não me venham com essa história de que vai ter desemprego. Não vai ter desemprego, vai ter valorização, vai ter reconhecimento”, afirmou.

Compromisso com os vigilantes

Também participaram do evento o deputado estadual Adão Villaverde (PT) e o vereador Engenheiro Comasseto (PT).

Villaverde é autor do projeto anticacete no Rio Grande do Sul. A matéria, que tem como objetivo acabar com os golpes aplicados pelas empresas – que quebram e deixam o trabalhador terceirizado na mão – já é realidade em outros Estados brasileiros, como Bahia e Maranhão, além do DF, onde teve início por autoria do deputado distrital Chico Vigilante.

Já Comasseto é responsável pelo projeto Vigilante 24 horas em Porto Alegre. O Projeto vem tomando conta dos municípios do RS e já foi aprovado em Pelotas, Bagé, Piratini, Jaguarão, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande, Canguçu, Candiota, Pinheiro Machado, Morro Redondo, Amaral Ferrador, São Leopoldo, Cruz Alta, Alvorada, Camaquã, Nova Prata e Mostardas.

O texto sugerido aos vereadores, e que vem sendo adotado na sua íntegra ou quase, diz que as agências bancárias públicas e privadas e as cooperativas de crédito ficam obrigadas “a contratar vigilância armada, diuturnamente, perfazendo as 24 horas do dia, inclusive aos finais de semana”. Também está sendo proposta, no mesmo projeto, a instalação obrigatória de dispositivos adicionais de segurança, como porta eletrônica, escudo de proteção ou cabine para os vigilantes, câmeras de controle e guarda-volumes.

Fonte: CNTV



Especial Dia do Vigilante

Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis homenageia Vigilantes pelo Dia Nacional comemorado em 20 de junho

***Acompanhe durante esta semana a comemoração do Dia Nacional dos Vigilantes realizada pelas entidades sindicais em todo o país**



Sindicato promoveu café da manhã e distribuiu garrafinhas de água para os trabalhadores

Segunda-feira, 20 de junho, é o Dia Nacional dos Vigilantes! E para comemorar esta importante data que homenageia guerreiros e guerreiras da segurança privada, o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região brindou os associados com um delicioso café da manhã na sede do Sindicato, no centro de Petrópolis (RJ). Desde as 6h da manhã os vigilantes

confraternizam na entidade. O café vai seguir até às 11h.

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região parabeniza a todos os trabalhadores pelo Dia Nacional dos Vigilantes, uma profissão ímpar que protege não só patrimônio, mas as pessoas também.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis



Sindicato dos Vigilantes de Uberlândia e Região se filia à CUT/MG



CNTV participou da assembleia e se colocou à disposição da entidade

Os diretores do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) Manoel Pereira Batista, Edmilson Rodrigues Silva e Florismar Vilarindo representaram a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) na assembleia de filiação do Sindicato dos Vigilantes de Uberlândia e Região (Sindeesvu) à CUT/MG realizada no sábado (18). A votação ocorreu na sede do Sindeesvu, entidade que representa trabalhadoras e trabalhadores das cidades Uberlândia, Araguari, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Estrela do Sul, Grupiará, Gurinhata, Indianópolis, Ipiacu, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Romaria, Santa Vitória e Tupaciguara. O sindicato, fundado em 1984, era filiado à Força Sindical há cerca de quatro anos.

Para que o processo de filiação do Sindeesvu à CUT fosse concretizado, foram fundamentais a atuação da secretária de Organização e Política Sindical da CUT/MG, Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos, e o apoio do Sindicato dos Empregados do Comércio de Uberlândia e Araguari (Secua), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Uberlândia (Stiau) e do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Uberlândia (Sinttrurb).

“A filiação à CUT deixou trabalhadoras e trabalhadores satisfeitos, pois é uma Central que atua intensamente na defesa da classe trabalhadora. Estávamos há três meses em contato com a CUT, por intermédio da diretora

Lourdes e sentimos a diferença com relação à outra central, a Força Sindical. A CUT é uma Central mais empenhada em defender os direitos e as conquistas do trabalhador e está sempre disponível para ajudar a resolver os problemas. Nós e as categorias estamos muito satisfeitos com a mudança e a CNTV (Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços) compareceu, também, para nos dar apoio, assim como outros sindicatos CUTistas”, afirmou Francielen Ribeiro da Silva, presidenta do Sindeesvu.

Segundo Francielen Silva, o Sindicato tem na sua base mais de 4 mil trabalhadoras e trabalhadores, entre vigilantes, que são maioria, dos setores da administração e tesouraria. As demandas mais urgentes são a garantia de emprego e a aposentadoria especial. “Lutaremos juntos para reverter as demissões que aconteceram, para evitar que ocorram mais perdas de postos de trabalho e para ampliar as oportunidades de emprego”, disse a presidenta do Sindeesvu.

O representante da CNTV Manoel Batista afirmou que a entidade se colocou à disposição dos trabalhadores da região e do Sindicato para tudo o que for necessário. “Estamos prontos para ajudar os companheiros e já firmamos compromisso de auxiliar em campanhas de filiação, campanhas salariais e na realização de um seminário, que ainda não tem data. Juntos avançaremos muito mais”, avaliou.

Fonte: CNTV com informações da CUT-MG

Turquia: Avon deve parar perseguição ao Sindicato



Avon, a empresa global de cosméticos, tem um armazém localizado na zona industrial de Gebze, nos arredores de Istambul. Com 223 trabalhadores, este armazém desempenha um papel crítico no âmbito da rede de distribuição de Avon na Turquia. 58 trabalhadores são registrados como empregados Avon e 165 trabalhadores são registrados como empregados subcontratados (KLÜH).

Os trabalhadores têm tido sérias queixas sobre as condições de trabalho desfavoráveis no armazém, tais como trabalho pesado obrigatória regular, horas extras, violações de saúde e segurança no trabalho, bem como uma política de baixos salários. A grande maioria dos trabalhadores são mulheres, e eles tiveram queixas específicas sobre a discriminação de gênero e assédio sexual no local de trabalho. Pior ainda, assim que a empresa multisserviços alemã KLÜH passou a operar como subcontratante oficial em 28 de dezembro de 2015, os trabalhadores foram instados a assinar novos contratos que agravaria ainda mais suas condições de trabalho e direitos pessoais.

Os trabalhadores que se recusaram a assinar os novos contratos têm sido vítimas de intimidação por parte de KLÜH. Consequentemente, os trabalhadores começaram a organizar no âmbito do Armazém, O Sindicato dos Trabalhadores em Depósitos, Navios e Transportes Navais – DGD-Sen. Em 19 de maio de 2016, 5 do sexo feminino e 3 trabalhadores do sexo masculino foram

demitidos sem qualquer motivo declarado. 6 dos trabalhadores demitidos são membros da União DGD-Sen. Eles têm protestado às portas do armazém desde 23 de maio de 2016, com banners dizendo “Nossa beleza vem de nossa força, e nossa força da resistência” e “Limpe seu batom, levante a sua voz”.

Os trabalhadores exigem que AVON contrate de volta os trabalhadores demitidos, revogue o contrato com KLÜH, cadastre todos os trabalhadores do armazém como empregados AVON permanentes, e reconheça o Sindicato DGD-Sen como representante legal dos trabalhadores. Além disso, AVON deve elaborar um protocolo com DGD-Sen para fornecer salários, horários, benefícios e condições de trabalho razoáveis e um ambiente de trabalho para as mulheres livre de assédio. Até hoje, não há nenhuma solução para este caso.

Fonte: Labour Start

Tradução: CNTV

Fala CNTV

Os males da terceirização e as afrontas dessa prática aos direitos dos trabalhadores não são exclusividade do Brasil. Em todo o mundo, empresas fazem uso da desvalorização dos seus empregados para atingir lucros absurdos – mesmo que isso seja, no fim das contas, o oposto daquilo que pregam.

No caso da Avon, por exemplo, há ainda dois aspectos: com sua linha de beleza e bem-estar, persegue funcionários e aposta na sobrecarga de trabalho. Fora isso, há o problema da terceirização desregulada. Pior ainda, subcontratando empregados de uma empresa que vem perseguindo aqueles que são os verdadeiros responsáveis por seus lucros.

A CNTV repudia essas práticas e reafirma seu compromisso com todos os trabalhadores, de qualquer lugar do mundo, qualquer categoria e contra todos os abusos patronais.

Fonte: CNTV

Para a CUT, alto custo do trabalhador é mentira de empresário e golpista



Vagner Freitas durante ato em São Paulo contra o golpe

Enquanto observa o núcleo gestor do golpe derreter – três ministros deixaram o cargo em 34 dias por denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção –, Michel Temer busca acelerar o pagamento a quem financiou o impeachment.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, a declaração do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, de que é preciso flexibilizar os direitos trabalhistas para dar conta da “competitividade que se estabeleceu para se ter emprego” apenas confirma o que a Central já alertava desde o início do impeachment.

“Os golpistas perderam a vergonha de dizer a que vieram. A CUT sempre alertou que o grande objetivo ao tirar a presidenta Dilma Rousseff era tirar da frente qualquer empecilho ou resistência para acabar com a carteira assinada e os direitos trabalhistas. Se já ficou claro que a luta contra a corrupção era uma mentira, e vimos aí o terceiro ministro cair em um mês, agora também não resta dúvidas de que esse governo trabalha exclusivamente para os empresários”, apontou.

A falácia do custo da mão de obra

Um estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), de 2016, ressalta que há outros fatores que impactam muito mais o custo para o desenvolvimento do que os encargos trabalhistas. Além da conta ser um ‘jeitinho’ de arrumar argumentos para a tese.

Além do elevado nível da taxa básica de juros (taxa Selic), o chamado spread bancário brasileiro, a diferença entre as taxas de captação e a taxa de empréstimo dos bancos, está entre os mais elevados na comparação internacional. Fator que determina uma forte contenção do crédito ao consumidor e às empresas e afeta a atividade econômica, ressalta o levantamento.

Em relação aos encargos, propriamente ditos, e ao discurso de nomes como o do professor José Pastore, assessor empresarial e fonte preferida da velha mídia, “o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa”.

Pastore aponta que um trabalhador contratado por R\$ 1.000 custaria R\$ 2.020 para o empregador por conta dos encargos sociais. Mas o Dieese e pesquisadores da Unicamp

(Universidade de Campinas), concluem que o peso dos encargos sociais é de 25,1 % sobre a remuneração total do trabalhador. Por esse raciocínio, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contraprestação pelo seu serviço ao empregador.

A remuneração, define o estudo, é dividida em salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias, o salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e 1/3 de férias) e o salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

A partir dessa avaliação, dentro de um custo total do trabalho de R\$ 1.538, R\$ 1.229,11 corresponderiam à remuneração total e somente R\$ 308,89 aos encargos sociais, muito aquém dos 102% do cálculo de Pastore.

Contribuição social

Outro ponto definido pelo levantamento do Dieese é que esses encargos ajudam a financiar a Previdência Social e programas educacionais. Além de serem fundamentais para a geração de trabalho decente em toda a cadeia produtiva que se beneficia de desonerações.

Como a competitividade é o principal ponto para desonerar a folha, é importante que os benefícios desta proposta não sejam apropriados somente pelos empresários, mas por toda sociedade. Ainda, devem ser debatidas contrapartidas sociais.

Produtividade aumentou

Ao contrário do que repete a velha mídia, a produtividade não caiu no Brasil, ao contrário. Nos anos 2000, a produtividade tem crescido sempre acima da folha de pagamentos por pessoal assalariado.

De acordo com o Dieese, no ano de 2010, essa diferença ficou em 7%, acomodando com folga ganhos reais nos salários, que ficam sempre entre 1% e 3%. De 1989 a 2011 a produtividade praticamente dobrou, aponta o departamento, enquanto o rendimento médio do trabalhador na indústria acumulou queda de 35% no mesmo período.

Segundo a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, o empresário busca absorver recursos do Estado, mas não investe

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

em formação e qualificação dos trabalhadores. Ao contrário, prejudica a própria produção ao investir no achatamento da qualidade de seus empregados.

“As empresas não vão conseguir competir de forma igualitária, ou melhor, se fizerem terceirização como estão querendo, sem limites, porque os terceirizados não são contratados por serem especialistas, mas sim porque o custo é menor. A maior parte está submetida a jornadas longas, salários menores, péssimas condições de trabalho, com risco de saúde e morte. Não vejo como fazer melhor competição com condições assim”, avalia.

O avanço desse modelo de contratação é uma ameaça concreta à classe trabalhadora. Após ser aprovado na Câmara dos Deputados por 324 votos favoráveis contra 137, o PL 4330, de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO) foi para o senado como PLC 30/15.

Antiga reivindicação dos empresários para afrouxar a legislação trabalhista, o texto aprofunda um cenário nocivo aos trabalhadores. Segundo o dossiê “Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha”, lançado pela CUT e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os terceirizados ganham 25% menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados com os contratados diretos.

Favorece ainda situações análogas à escravidão. O documento aponta que, entre 2010 e 2013, entre os 10 maiores resgates de trabalhadores escravizados, nove eram terceirizados.

Conforme aponta Graça, se com as conquistas que ocorreram nos últimos 70 anos ainda a situação dos trabalhadores é ruim, não é difícil imaginar como seria o cenário sem a existência da CLT.

“Se com a legislação que temos, aliada às negociações coletivas, ainda convivemos com uma rotatividade tão grande, em que o empresário opta pela demissão para pagar menos, ao invés de investir em formação, imagina se a carteira-assinada perder a importância”, pondera.

Fonte: CUT Nacional

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF